

RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ARQUITETÔNICO E A IDEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL.

Ton Ferreira¹

Resumo: O presente artigo traz uma breve discussão acerca da ideia de turismo sustentável, sob a qual foi estruturada a base teórica discursiva do Programa Monumenta entre os anos de 1995 e 2012. A ideia de um turismo cultural que potencialize os ganhos sociais e reduza os possíveis impactos ao patrimônio cultural se transformou em ideário ocidental nas últimas décadas. Neste sentido, a proposta de uma exploração turística baseada em princípios da sustentabilidade se tornou palavra chave em todos os projetos que visavam o uso do patrimônio histórico para fins econômicos. No entanto, o termo sustentabilidade tem sido referenciado com veemência por várias esferas do conhecimento, para adjetivar diversas práticas. O programa Monumenta fez parte de uma das estratégias para desenvolver as áreas centrais de diversas cidades históricas, objetivando transformar antigas vivendas e logradouros em espaços destinados a exploração do turismo. Por um lado, restaurações massivas foram realizadas, quase sempre sem os devidos arqueológicos e históricos, por outro, demonstrou ser incapaz de incluir os antigos moradores das áreas afetadas nas benesses advindas da exploração turística efetivada. Em síntese, conclui-se que o Monumenta se pautou em conceitos antagônicos entre si, fato que pode ser vislumbrado nos resultados do programa.

Palavras-chave: patrimônio, restauração, sustentabilidade.

Durante os anos de 1995 e 2012 foi estruturado e posto em prática o Monumenta (Programa do Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios para restauração e revitalização urbana dos centros de interesse histórico-cultural). Na fase de estruturação, o programa Monumenta sofreu diversos entraves, sobre tudo, porque esbarrava na falta de uma política de preservação e estrutura técnica capacitada para gerir o programa. Desta forma, a comissão do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) concluiu que o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) não possuía condições para desenvolver o projeto, recomendando que o programa começasse com uma reestruturação do IPHAN, contemplando ampliação do seu quadro técnico e melhorias das condições de trabalho.

Apesar da recomendação, os responsáveis pelo programa no Brasil, optaram por terceirizar os serviços de gerenciamento, coordenação e execução dos projetos. Por sua vez, o IPHAN cumpriria as atividades de análise e fiscalizações dos projetos desenvolvidos pelo Monumenta. O resultado de tão ação foi o estabelecimento de embates e isolamento da estrutura

¹ Professor Adjunto de Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe/Laboratório de Arqueologia da Arquitetura e da Cidade. e-mail: ferreiraton@yahoo.com.br

do IPHAN em detrimento de um “esquema paralelo e terceirizado de gerencialmente que se mostrou ineficiente e extremamente oneroso”. (SANT’ANA, 2004)

Segundo os ditames do Programa, o turismo cultural seria a força motriz que geraria sustentabilidade aos investimentos aportados aos monumentos restaurados, tentando desonerar o Estado de uma prática paternalista em relação ao patrimônio histórico. Desta forma, em sua página de divulgação era clara a defesa tal ideal:

Fazem parte dos objetivos do Programa preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano e estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente. Critérios de conservação e o estímulo a projetos que viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação no âmbito do projeto também(...) A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira vem transformando essas áreas em pólos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos. (...) esse acervo é o testemunho da nossa história. Para ampliar os mecanismos de proteção e, ao mesmo tempo, implementar uma política eficiente de recuperação e conservação sustentável desse valioso Patrimônio, foi criado o Programa Monumenta. (Disponível em <http://monumenta.gov.br/site/>)

Se atentarmos ao trecho anterior, notamos um apelo à ideia de fomento de conscientização da população sobre a importância do patrimônio histórico; da exaltação da possibilidade de rentabilidade econômica que se pode alcançar com a execução do programa, e por fim, encerra uma evocação a uma história comum, que seria representada pelos monumentos edificados. A mescla entre o romanticismo, em relação ao patrimônio arquitetônico, e sua potencialidade como oferta turística, está presente em diversos discursos atuais que envolvem a restauração do patrimônio edificado. A evocação do valor econômico do Patrimônio histórico, como solução para os problemas dos centros históricos urbanos, parecia uma via bastante acertada, dado o exemplo das cidades europeias, que desde o pós-guerra investiram em massivas restaurações, tendo o turismo como sua principal base de sustentação. (CARTA DE QUITO, 1967).

A ideia de um turismo cultural que potencialize os ganhos sociais e reduza os possíveis impactos ao patrimônio cultural se transformou em ideário ocidental nas últimas décadas. Neste sentido, a proposta de uma exploração turística baseada em princípios da *sustentabilidade* se tornou palavra chave em todos os projetos que visavam o uso do patrimônio histórico para fins econômicos. No entanto, o termo sustentabilidade tem sido referenciado com veemência por várias esferas do conhecimento, para adjetivar diversas práticas.

Deste modo, houve-se falar em agricultura sustentável, indústria sustentável, consumo sustentável, turismo sustentável, conservação sustentável e tantas outras práticas que, se mencionadas, proporcionariam uma lista demasiadamente extensa. Tal constatação nos remete a pensar na diversidade de sentidos que a palavra vem assumindo ao adjetivar substantivos muitas vezes antagônicos à semântica do termo. Um exemplo desse fenômeno são os empreendimentos turísticos desenvolvidos sob o rótulo da sustentabilidade (CORREA, 2009)

O verbo sustentar, que deu origem ao termo sustentabilidade, é oriundo do latim popular *sustenire*, fruto, por sua vez, da deformação do latim clássico, *sustinere*, que significa ter por dentro, manter, suportar (no sentido de ter ou dar suporte, conservar em bom estado), alimentar. O verbo sustentar guarda o sentido geral de manter-se em posição de equilíbrio, que tem origem na nomenclatura da medicina. Apresenta também sentido figurado, como ajudar a viver, subsistir, manter seu lugar natural. Mas também significa fazer valer seus argumentos, apoiando-se em fundamentos, invocar a razão para justificar ideias, teses. O verbete também pode invocar a raiz da palavra *sustentare*, que significa igualmente suportar, sustentar, alimentar, manter-se em bom estado. Em outros termos, fato de manter-se em equilíbrio, que vem da aeronáutica. Por tanto, o adjetivo sustentável sugere ao substantivo empregado a qualidade ser algo que se mantém em equilíbrio. (LE PETIT ROBERT, 2000).

As preocupações com a degradação ambiental, formalizadas na Conferência de 1972 em Estocolmo, darão margem à criação de conceitos que seriam amplamente utilizados nas décadas posteriores. É nesta perspectiva que surge, primeiramente, o conceito de *ecodesenvolvimento* e posteriormente o de *desenvolvimento sustentável*. É justamente neste ínterim que sustentável ganha nova semântica ao adjetivar desenvolvimento. (CAMARGO, 2003)

A palavra *ecodesenvolvimento* representava, no momento em que fora criado, o anseio por um modelo de crescimento ecologicamente responsável. A noção de *ecodesenvolvimento* traz no bojo de suas discussões a ideia de que os planejamentos para o desenvolvimento devam ter responsabilidades sociais, preocupações com gerações futuras, participação da sociedade, preocupação com o meio ambiente, respeito às outras culturas e programas de educação. Desse modo, o *ecodesenvolvimento* surge como terceira via às posições fechadas de cornucopianos, que acreditavam nos avanços da tecnologia como forma de resolver os problemas da escassez, e dos malthusianos que acreditavam no esgotamento dos recursos naturais e impossibilidade científica de superar tal fato. (Ibidem, Idem).

É através do relatório Brundlant de 1987, que o conceito desenvolvimento sustentável

ganha notoriedade, passando a ser largamente utilizado. Posteriormente, Ignacy Sachs (1993), que elaborara os princípios básicos do ecodesenvolvimento, admite que desenvolvimento sustentável possua a mesma essência da expressão ecodesenvolvimento, consistindo na verdade uma nova designação para o mesmo conteúdo conceitual²

O conceito é constituído de cinco dimensões, cujo autor afirma serem os pilares da sustentabilidade. No âmbito social, o desenvolvimento deverá obter outra visão de crescimento, bem como de sociedade que se considera ideal, tomando a equidade social como meta a ser atingida; Na esfera econômica, será preciso barrar a saída líquida de recursos do Sul em direção ao norte, buscando uma visão de economia na qual a eficiência não seja denotada apenas pelos ganhos empresariais de cunho microeconômico; O pensamento ecológico deverá se preocupar com medidas para aumentar a capacidade dos recursos dos diversos ecossistemas, buscando alternativas que causem o menor impactos ao meio ambiente; A dimensão rural-urbana consistirá num reordenamento da atual configuração rural e urbana e finalmente a dimensão cultural, que deverá buscar as “raízes endógenas de processo de modernização” com intuito de reordenamento que garantam uma continuidade cultural baseada em princípios do ecodesenvolvimento. (SACHS, 1993, p.38).

A ênfase dada por Sachs ao adjetivo sustentável, explicitando um novo conjunto de significados para a palavra, fará com que o termo passe a ser utilizado como sinônimo de desenvolvimento sustentável. A partir de então, o termo passa a designar não somente o seu conteúdo semântico de origem, que dá ideia de suporte e equilíbrio, mas nos remetem às cinco dimensões que caracterizam o desenvolvimento sustentável³.

Neste sentido, a ampliação das discussões ambientais tem propiciado a disseminação da expressão sustentável por diversas áreas do conhecimento, que passaram a incorporá-la sem acurar os novos sentidos que a palavra incorporou. Desta forma, nem tudo que se proclama sustentável, se enquadram nas dimensões práticas conceituais anteriormente estipuladas por Sachs.

Neste viés, somos levados a indagar se semanticamente é possível pensar em turismo

²1. A afirmativa não constitui um pensamento consensual entre intelectuais que pensam a problemática ambiental. Mauro Guimarães critica a postura conciliatória de Sachs ao pensar desenvolvimento sustentável como sinônimo de ecodesenvolvimento, pois a nova abordagem traz implícita as idéias desenvolvimentistas, além de homogeneizar responsabilidades sobre as práticas danosas ao meio ambiente, como se todas as nações tivessem explorado de igual forma os recursos naturais, construindo assim, “um olhar consensual na sociedade para os problemas ambientais”. (GUIMARÃES, 2003, p.91).

³ Esse sentido pode ser conferido em Camargo (2003); Pereira (2000) e Ferreira (1998).

cultural sustentável, como defende os objetivos do Monumenta ou ainda, até que ponto as dimensões presentes no conceito de sustentabilidade aparecem presentes no discurso dos defensores de um turismo cultural que se pretende sustentável.

A atividade turística, com as características atuais, nasce com o desenvolvimento do capitalismo⁴. Embora seja considerada uma atividade do setor terciário, podem-se notar, através da lógica dos planejamentos atuais, características que assumem contornos de um empreendimento do setor secundário. O turismo no contexto atual é pensado e dirigido como uma indústria geradora de emprego e renda, sendo abordada pelas iniciativas pública e privada como a indústria sem chaminé (OLIVEIRA, 2001).

A frase ‘indústria sem chaminé’, nos induz, a princípio, a pensar que o turismo não ocasiona prejuízos ao meio ambiente, nem tão pouco ao bem cultural explorado. Tal ideia não se sustenta, uma vez que “o turismo é uma atividade complexa que compreende tanto a produção, como o consumo; tanto as atividades secundárias (produção do espaço) como terciária (serviços) que agem articuladamente”. (RODRIGUES, 2000.)

Desta forma, a frase em questão simplifica a complexidade da atividade, nos remetendo apenas ao produto final, que consiste na prática da atividade turística⁵, obscurecendo assim, o processo de viabilização para transformar ambientes, através da criação de infraestrutura como aeroportos, rodovias, hotéis, e transformação do patrimônio cultural em produto consumível.

Neste sentido, o turismo possui no seu âmago a essência da sociedade capitalista: o consumo. Tal fato pode ser observado nas várias definições cunhadas para a atividade, nas quais fica evidente o caráter econômico de um empreendimento turístico. Esta perspectiva pode ser evidenciada na tentativa de Antônio Oliveira ao sintetizar os principais conceitos esboçados para o turismo:

Por ser o turismo uma atividade própria da sociedade de consumo, atividade que combina ações públicas e privadas, ele exige grandes investimentos financeiros e tecnológicos no fornecimento de bens de serviço ao turista. Além disso, visa alcançar resultados que permitem o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade envolvida. (OLIVEIRA, 2001, p.36).

⁴ Trigo afirma que o fortalecimento do turismo é fruto da fase industrial do capitalismo, pois as pesquisas tecnológicas possibilitaram um deslocamento humano mais rápido e confortável. O homem passa ser detentor de um maior poder exploratório (TRIGO, 1993, p.17).

⁵ Mesmo se remetendo ao processo final do turismo, não poderíamos afirmar que seja uma atividade isenta de impactos ambientais. Obviamente a “poluição” causada é bem mais sutil que fumaças de chaminés, se configuram em processos de transformações do ambiente explorado, a exemplo de aumento da prostituição e intervenção na cultura local.

O desenvolvimento econômico como uma das metas traçadas por vários conceitos de turismo é paradoxal a noção de sustentabilidade ecológica. O princípio de valoração da economia é baseado na escassez⁶, ou seja, quanto mais raro, maior valor é agregado ao produto, consequentemente há uma corrida no mercado na busca por tal produto. Nesta perspectiva, ambientes avaliados como singulares e exóticos pelo mercado turístico são considerados atrativos em potencial. Porém, estes espaços sofrem diversas modificações para se adequarem aos padrões exigidos pela vida moderna. Assim o produto perde as características singulares que lhes conferiam valor no mercado, impulsionando a atividade turística a buscar novos atrativos para seus clientes.

O fato de a atividade precisar de grandes investimentos financeiros, envolvendo inclusive o setor privado, nos remete a pensar em duas esferas do conceito de sustentabilidade. A primeira delas refere-se à equidade social e a segunda a busca de uma nova visão econômica. Enquanto atividade que requer vultosos investimentos financeiros, o turismo esbarra em mais duas bases da sustentabilidade. Nos países em desenvolvimento, uma considerável parte das divisas investidas no ramo do entretenimento provém de fontes estrangeiras, acarretando escoamento financeiro para os grupos investidores, quase sempre situados no hemisfério Norte. Não obstante, as comunidades que se veem envolvidas por estes grandes investimentos, não conseguem usufruir a tão esperada equidade social, pois boa parte dos recursos alocados com o negócio turístico vão, logicamente, para as mãos dos investidores, restando-lhes a renda advinda dos subempregos criados, acarretando em consideráveis transformações na vida cotidiana dos moradores locais.

A própria experiência nacional, realizado através do Programa de Cidades Históricas (PCH) nos anos de 1973 e 1983 se mostrou desastrosa em pensar que a revitalização do patrimônio cultural seria responsável pelo desenvolvimento econômico local. Nesta perspectiva, foi investida uma considerável quantia em revitalizações de e centros urbanos que abrigavam populações marginalizadas. A experiência comprovou que o turismo gerou um bolsão de miséria nas áreas periféricas aos centros revitalizados, reforçando a ideia dos que defendem que o turismo cultural em centros urbanos somente é possível se a sociedade

⁶ O autor Porto Gonçalves afirma que a economia necessita rever suas teorias para que a natureza passe a ser visualizada como uma riqueza :“Ocorre que a ideia de riqueza é contrária a de escassez e aqui reside uma das maiores dificuldades da economia mercantil: incorporar a natureza como riqueza, como algo abundante, um bem comum. O desafio ambiental coloca-se diante da necessidade de forjar novas teorias que tomem como base a riqueza e não a escassez” (PORTO GONÇALVES, 2004, p.75)

localidade já goza de equilíbrio social e econômico, pois turismo não é tabua de salvação ou solução de problemas socioeconômico. (SANT'ANA, 2004)

Nesta perspectiva, é preciso considerar o fluxo migratório em direção às regiões turisticamente viáveis. Estes fluxos podem ser desencadeados pela especulação imobiliária, ou mesmo de trabalhadores em busca de enquadramento no mercado de trabalho⁷. Tal fluxo migratório traz mudanças radicais, que vão de danosos impactos aos ecossistemas à criação de bolsões de miséria, dada a instabilidade do mercado turístico.

Portanto, percebe-se que o turismo enquanto atividade baseada em leis do mercado atual mostra-se antagônica aos princípios estabelecidos para o desenvolvimento sustentável. Estamos diante de uma atividade complexa e que não deve ser pensada isoladamente. É notório que o turismo é uma forma de apropriação pensada e realizada para que haja plena satisfação do consumidor. Neste viés,

... o desenvolvimento da atividade turística é insustentável, pois a natureza virou uma mercadoria, a paisagem é capturada pela atividade turística que propicia sua rápida mudança. E, além disso, fica evidente que a sustentabilidade não pode ser pensada numa única atividade dada na inter-relação entre as atividades econômicas (RODRIGUES, 2000, p. 53).

No entanto, nota-se uma crescente mobilização por parte dos que pensam o turismo para incorporação da ideia de sustentabilidade, tal fenômeno pode ser percebido no Brasil através da criação de organismos⁸ que atribuem certificados às iniciativas que se enquadram nos parâmetros da sustentabilidade. Estes parâmetros são baseados numa definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), na qual argumenta que um turismo sustentável deve satisfazer às necessidades dos turistas atuais, ao mesmo tempo em que atende os anseios das comunidades receptoras, aumentando as oportunidades para o futuro. É, portanto, responsabilidade do turismo sustentável o manejo dos recursos para que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, garantindo a manutenção dos ecossistemas que garantem a sustentação da vida (OMT, 2005).

Por um lado, é visível que a ideia de sustentabilidade proposta pelo conceito acima explicitado, não condiz com as bases do desenvolvimento sustentável descritas por Sachs, por outro lado, o próprio discurso presente no conceito elaborado pela OMT, mostra-se paradoxal, ao propor como meta a satisfação dos anseios do turista atual e o equilíbrio dos ecossistemas,

⁷ Um exemplo desse fenômeno ocorreu na praia de Búzios, que passou de uma vila de pescadores para um dos lugares mais caros de se viver no Rio de Janeiro, marginalizando as comunidades de pescadores que aí habitavam. (CORREA, 1995).

⁸- Este ano foi fundado no Brasil um Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PTCS).

pois o caráter da sociedade de consumo, na qual necessidade são constantemente criadas pelo mercado, vai de encontro à manutenção do bem que se diz querer proteger e valorizar.

Os valores estéticos e históricos, sempre aclamados ao propor uma intervenção de proteção sobre o patrimônio, são quase sempre subjugados à satisfação do público consumidor construindo reconstituições históricas pouco fiáveis e quase sempre desprovida de qualquer pesquisa sistemática. Segundo CHOAY:

La valorización es la llave de acceso del dispositivo. Termino clave que quiere resumir el estatus del patrimonio histórico edificado, pero que no debe disimular que, hoy como ayer y a pesar de la legislación de protección, la destrucción continua y tenaz de los edificios y conjuntos antiguos se sigue produciendo en todo el mundo bajo el pretexto de su modernización y restauración o bajo el peso de presiones políticas a menudo imparables” (CHOAY, 2007, pg. 194)

É notório que o sentido de ‘sustentável’, expressado pelos que defendem a bandeira da sustentabilidade para o setor turístico, aproxima-se da semântica original do termo, invocando o sentido de algo que precisa ser sustentado, equilibrado. É justamente o que a atividade turística tem tentando executar ao incorporar o jargão sustentável no seu discurso. Tal iniciativa não deixa de ser uma estratégia de mercado, pois as discussões ambientais têm sido incorporadas por diversos setores da sociedade, disseminando a ideia de que devemos ter maiores responsabilidades com o meio ambiente. Desta forma, várias empresas buscam medidas e ações que suscitem a ideia de que elas também estão preocupadas com a problemática ambiental⁹.

Nesta perspectiva, o programa Monumenta usou o mesmo argumento da indústria turística na sua abordagem sobre o patrimônio histórico. Como um bem a ser explorado, desencadeando uma série de atividades pensada na demanda turística e agendas políticas que iam de encontro a qualquer pesquisa sistemática de caráter histórico- arqueológico associada ao processo de restauro.

Neste sentido, o Programa em si não poderia ser considerado sustentável, ao menos na perspectiva semântica originária do termo, pois destrói valores implícitos no bem que deveriam

⁹ Tal assertiva pode ser confirmada quando nos deparamos com o aumento de publicações que visam instruir empresas na busca da tão famosa ‘sustentabilidade’. Fica evidente que estes trabalhos sugerem as empresas que investir em tais ideias pode ser uma boa estratégia de mercado, ao construir uma imagem de preocupação com o bem-estar social, ao proteger o meio ambiente. Um bom exemplo de publicação que segue este viés é: “o Bom negócio da Sustentabilidade” de Fernando Almeida, (ALMEIDA, 2002).

ser preservados, como a instância histórica. Por um lado, a relação discurso-prática do Monumenta pode ser considerada completamente antagônica se pensamos em “valorar a nossa história” como preservação da instância histórica de um monumento nas bases Rigelianas e, por outro lado, completamente coerente se “valorar” for pensado como possibilidades de aumento de ganhos econômicos através do consumo desse patrimônio (Riguel, 2008) (Brandi, 1950).

Dos 227 projetos de restauração realizadas em cidades históricas brasileiras entre 2000 a 2009 dentro do programa Monumenta, apenas 44 contemplaram estudos arqueológicos previamente ou durante a efetivação das restaurações. Realizando uma análise geral da quantidade de intervenções efetivadas podemos perceber o impacto destrutivo, do ponto de vista da salvaguarda da instância histórica dos monumentos e logradouros restaurados. (SANTOS, 2011)

Mesmo dentro do universo dos 44 projetos arqueológicos realizados, repousa uma diversidade de problemas. A atuação da arqueologia nesses projetos de restauro gerou uma série de controvérsias dentro do coletivo profissional. Era latente a destruição que se fazia ao patrimônio arqueológico, inclusive para a população que habitavam esses espaços. A maioria dos trabalhos arqueológicos efetivados foram postos em práticas mediante denúncias de diversos profissionais que trabalhavam diretamente com o patrimônio histórico. Esse coletivo tão diverso, por vezes influenciou a atuação do IPHAN, na efetivação de seus deveres como órgão de fiscalização e gerenciamento do patrimônio público brasileiro.

A parca pesquisa histórico-arqueológica, associada e as massivas destruições do acervo patrimonial, nos privaram de mais uma vez sanar diversas lacunas na narrativa historiográfica local. Neste sentido a própria ideia de apropriação coletiva – conservação do patrimônio cultural se perde frente a uma história homogênea e fragmentada.

Em mais de dez anos de atuação, o programa Monumenta deixaria um saldo irreversível quanto à materialidade da arquitetura histórica. Tal abordagem frenética nos remete as intervenções de restaurações e reconstruções realizadas na Europa do pós-guerra, quando critérios do restauro até então planteados de forma exaustiva foram suplantados baixo uma eminente necessidade de reconstruir cidades inteiras e completamente arrasadas. Comparação deveras esdruxula dado o contexto contemporâneo e anacrônico, contudo não menos verídica sobre a ótica da praxe operativa.

Referências:

- ALMEIDA, F. **O Bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BRANDI, C. **Il fondamento teorico del restauro**. Bollettino dell' Instituto Centrale del Restauro n 1. Roma, 1950.
- CAMARGO, A. L. B. Sustentabilidade – entraves globais e reflexões: In: PRADO, F. **Desenvolvimento Sustentável – dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.
- CARTA DE QUITO. Acesso em 12 de junio de 2009. Disponível em <http://gl.www.mcu.es/patrimonio/MC/IPHE/Biblioteca/BibliotecaDigital.html>.
- CHOAY, F. **Alegoría del Patrimonio**. Barcelona: Ed Gustavo Gili SL, 2007.
- CORREA, Jeanne. **A invasão das Praias Cariocas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- FERREIRA, L. C. Desenvolvimento, Sustentabilidade, e políticas Públicas. In: BURSZTYN, M. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo, oitempo Editora, 1998.
- GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental In: CUNHA, S. B, GUERRA, A. J. T. (orgs). **A questão Ambiental - Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- LE PETIT ROBERT. Dictionnaire historique de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 2000.
- OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: planejamento organização**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo sustentável**. Acesso em 20 de Mayo, 2005 .Disponível em: <http://www.pcts.org.br>.
- PORTO GONÇALVES, C. W. **O Desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PROGRAMA MONUMENTA. Acesso em 10 de maio de 2007. Disponível em <http://monumenta.gov.br/site/>.
- Riegl A. **El culto Moderno a los monumentos**. Madrid, Machados Libros S.A, 2008.
- RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística. In: LUCHIARI, M.T. **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas, 2000.
- SACHS, I. Estratégias de Transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTA´ANA, M. A cidade atração - As normas de preservação dos centros urbanos do Brasil nos anos 90. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2004.

SANTOS, J.F. La búsqueda de Bases metodológica para la intervención arqueológica em la restauración arquitectónica – El caso Brasil. Tese de doutorado. Universidad Autonoma de Madrid, 2011.

TRIGO, L. G. G. Turismo e Qualidade: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Papirus, 1993.